

Família, Profissão e Afeto: apontamentos para estudos de gênero

Family, Profession And Affection: notes for gender studies

Evanildo Moraes Estumano

Resumo: este artigo retoma alguns trabalhos a fim de apontar uma discussão perspectiva sobre a focalização da categoria afeto nos estudos de gênero. Mostra que as relações de gênero se movimentam em sentido pendular quando da ocupação das mulheres em profissões como a de professora, destacando a importância da rede de parentesco para a operacionalidade das ideias sobre masculino e feminino e suas mediações. E sugere, por fim, que a categoria afeto se torna analiticamente fecunda quando situada nos estudos de gênero que tenham como objeto de investigação a interação social entre a família e o trabalho profissional.

Palavras-chave: família, profissão, afeto, gênero.

Abstract: this paper revisits some studies in order to discuss affection as a category within the area of gender studies. It shows that gender relations describe a pendulum motion when women undertake teaching positions. It highlights the importance of kinship ties in operationalizing the ideas about what male is and about what female is and about what their mediation strategies are. It finally suggests that affection as a category has become analytically fruitful within the area of gender studies whose object of investigation is the social interaction between family life and the professional work.

Keywords: family, profession, affection, gender.

Evanildo Moraes Estumano é Mestre em Antropologia e Professor do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA).

E-mail: evanildo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma revisão da literatura sobre a perspectiva de inserção - ou o melhor tratamento dado à mesma - da categoria afetos nos estudos de gênero. Neste sentido, constitui uma proposição inicial para pesquisa a ser realizada como uma antropologia da emoção nos relacionamentos afetivos, sugerida como uma boa 'janela' para o entendimento das percepções em torno das relações entre homens e mulheres.

Discute-se, desse modo, a temática gênero ligada às relações familiares e de trabalho profissional, tendo como elemento de contextualização o exercício do magistério exercido por mulheres. Assim é feita uma argumentação que vai de um ponto geral e mais abstrato a outro restrito e mais concreto na tentativa de caminhar entre o contextual e a generalização dos conceitos e das relações estabelecidas entre os mesmos no cotidiano, a partir de estudos anteriores.

1. Homem, Mulher e Racionalidade

Quando se pensa no termo mulher este é imediatamente concebido como ideia oposta ao termo homem; isso pode parecer fraseologia comum, mas as implicações das relações de poder que se mantêm subjacentes a tal distinção são importantes. A simples tentativa de fazer um inventário de diferenças biológicas e psicológicas para sustentar qualquer diferença social entre homens e mulheres pode, de antemão, ser abandonada como parte de um exercício estéril. Porém, a atenção a este fato serve como parte do pano de fundo sobre o qual incidem os elementos de crítica realizados no decorrer dos comentários. Por isso, algumas referências a qualidades masculinas e femininas são feitas sem a preocupação de detalhar essa discussão já superada teoricamente (PRISCITELLI, 1998).

É fácil perceber que a dicotomização dos gêneros tem algo de universalizante, pelo menos dentro da sociedade ocidental. É, pois, operando dentro desta dimensão que o pensamento adquire sua maior expressão de racionalidade e em consequência, de controle. Ora, o que ou quem não faz parte de um gênero pertence, naturalmente, ao outro. Fora disto tudo, é anormalidade, esquisitice. Assim se dá, porque os mecanismos de inclusão dos elementos em determinada categoria possuem alto grau de legitimação, fato que coloca os opositores, na maioria das vezes, na marginalidade. Dessa maneira, a caracterização das qualidades masculinas e femininas nada tem de questionável, uma vez que são itens derivados dos respectivos gêneros. E assim, mesmo que indivíduos masculinos utilizem em seus comportamentos “qualidades femininas”, e vice-versa, a tendência é não se questionar a emergência da ação, pois a justificativa social para esta ocorrência é a de que, às vezes, se tomam de empréstimo determinadas qualidades como se (e esta é uma situação aceitável) houvesse ocorrido um hibridismo momentâneo e lúcido acima de tudo. Há a primazia do racionalismo mesmo assim.

Nesse processo, dá-se a impressão de permanência histórica a um estado de relacionamento entre os seres humanos que é recente como se pode observar nos trabalhos de Jurandir Freire Costa (1996) que, retomando as análises de Thomas Laqueur (1991), procurou recuperar dois grandes modelos explicativos das diferenças sexuais e de gênero surgidos ao longo da história cultural do ocidente. A citação, a seguir, permite perceber a contingência e a evidência social dos conceitos. A respeito dos modelos tem-se:

O primeiro deles, designado por *one sex-model*, dominou o pensamento anatômico por aproximadamente dois milênios (até o século XVIII). Nele há a marca da metafísica do neoplatonismo: *a mulher* (e seu sexo) é pensada como *homem invertido e inferior*, não havendo representação bipolar da sexualidade humana, masculina e feminina. O útero feminino corresponderia ao escroto masculino, os ovários seriam os testículos, a vulva equivaleria ao prepúcio

e, finalmente, a vagina, a um pênis interior. E neste sentido, ‘a forma feminina do sexo era índice de inferioridade na escala de perfeição metafísica’. Alguma ordem de diferenciação entre mulheres e homens, ainda que percebida, *nunca era explicada pela originária diferença sexual*. (últimos grifos meus)

No *two sex-model*, em vigor a partir do século XVIII, há o reconhecimento do ‘dimorfismo radical e original na sexualidade’. Segundo Laqueur e Costa, tal mudança foi operada por profundas transformações sociopolítico-culturais e epistemológicas, onde a natureza e a função das mulheres na sociedade passaram a ser questionadas. Segundo Costa, em vez de consequência dos avanços científicos, os novos modos de interpretar o corpo foram ‘novos modos de representar, de constituir realidades sociais’. A emergência da diferenciação, dada a partir de uma ‘bissexualização política’, marcava a nova ordem: diferenças entre mulheres e homens começam a ser pensadas em ‘termos de descontinuidade e oposição e não tem termo de continuidade e hierarquia: o corpo humano correlato à organização social clássica era o corpo de um só sexo; o corpo humano do Iluminismo e da revolução burguesa será o corpo de dois sexos (COSTA, 1996 apud MATOS, 2000, p. 61).

A distinção e, conseqüentemente, a diferenciação bipolar entre homens e mulheres é produto de uma determinada concepção de sujeito sedimentada sob o signo da modernidade, e tributável à filosofia da existência de um sujeito nuclear, centrado, autônomo, senhor de suas ações. Referida concepção ajudou a caracterizar a definição dos lugares sociais do masculino e do feminino, respectivamente.

Remontando a período anterior, Mafesoli (1999) ressalta a ligação deste processo com a ontologia da linha filosófica de Parmênides, na qual o sujeito é concebido pela sua homogeneidade e a “identidade está de certo modo ‘gelada’ na subjetividade e na permanência individual” (p.305). Para este autor, há na sociedade “uma evidência parmenidiana da identidade. Essa se fortaleceu em particular durante a modernidade, e culmina na ‘carteira’ do mesmo

nome que faz de cada indivíduo uma entidade tendo um nome, um sexo, um endereço e uma profissão” (p. 306). Desse modo, pode-se dizer que a identidade, como exposta, é uma abstração evidenciada na modernidade; é uma explicação teleológica da sociedade, isto é, o vislumbre de pretensões e prescrições sobre o que ela deveria ser. Processo este que constitui com êxito novas realidades sociais em dado momento histórico.

Essa perspectiva considerou o gênero mulher como o ‘não-sujeito’ e assim a conduta feminina teve definida para si ideias-modelo – o vínculo que une as pretensões às prescrições – de mãe, esposa, dona de casa; que a coloca diretamente no âmbito da passividade, da imaginação, do sensível e do doméstico-familiar. São estas oposições que mais povoam o senso comum e, por vezes, o próprio espírito científico; mas, em se tratando do exercício social da profissão de professora, a mulher passa a atuar em espaços que exigem ações opostas a sua conduta pré-estabelecida, ou seja, a atividade, o público, a razão, o intelecto, o político. A partir daqui, supõe-se que a construção da identidade de professora se dá em meio a constantes tensões.

E então, qual a solução para essa contradição, ocasionada pela aparente mudança social de *status*?

A primeira tentativa de explicação seria mostrar que todas as ideias-modelo representam a ordem de existência da hierarquia de valores impregnados nos comportamentos, sendo que umas têm mais; e outras, menos capacidade de agregar-se ao institucionalizado.

Outra tentativa de explicação seria, a partir da primeira, começar perguntando como é que as ideias-modelo que eram antes atualizadas somente pelo indivíduo masculino se conformam à ordem, mesmo sendo agora vividas pelo indivíduo feminino? Talvez se pudesse dizer, seguindo e estendendo a mesma linha de raciocínio, que a força das ideias-modelo relacionadas à atividade, ao público, à razão, ao intelecto, ao político, constitutivos da profissão de

professora sucumbe àquelas que não têm outra função, se não a de representar simbolicamente a ordem institucional como totalidade integrada. Trata-se da ideia-modelo de mãe (reprodução, gestação, cuidados com as crianças) que parece se sobrepor a qualquer outra que a mulher venha a desempenhar e que, em tese, alteraria sua condição de indivíduo.

A fabricação do indivíduo mulher traz em si as condições para manter-se; porém, a sua solidez só pode se manifestar por um laço relacional com o indivíduo masculino. Embora não haja identidade sem oposição, a pergunta que tem sido feita é como esta oposição se transforma em hierarquia.

As concepções mais gerais do pensamento que organizam a sociedade podem ajudar a entender como e por que as instituições e as funções sociais – na constante tensão, junção e disjunção – “fabricam” identidades de gêneros de uma forma e não de outra e como, uma vez fabricadas, essas identidades se mantêm ou se alteram em contextos e situações específicas. No entanto, tudo isso é fortemente afetado no plano prático pelas relações familiares e é ainda mais visível quando se observa contextos diferenciados.

2. Gênero e Magistério

Em acordo com o tipo de racionalidade exposto, a vida familiar é produzida em meios a controle técnico-discursivo expresso em forma de deveres, punição, exaltação de ideias, fechamento a novidades, em suma, silenciamento de qualquer outra voz que abale os conceitos da moral vigente. Estes mecanismos possuem grande poder de legitimação, mas, apesar desta característica, não respondem a todas as formas possíveis de compreensão das relações sociais que se estabelecem como realidades empíricas. Isto é, se a normalização já traz em si as condições necessárias para a punição

de sua transgressão, admite-se, então, que o discurso normativo tem opositores reais e/ou em potencial, daí seu tom de fatalismo.

Ao transitar em meio a estas complexas situações de permanência e alteração, há que se observar como as condições familiares e as relações de parentesco interferem na profissionalização da mulher para e no exercício do magistério, no caso em questão.

De um ponto de vista da dinâmica imediata das relações pessoais/sociais, estabelece-se um elo com alguns achados teóricos de Klaas Wortmann em “A família das mulheres” (1987). Klaas, ao se referir à necessidade de a mulher trabalhar fora de casa para ajudar no orçamento doméstico (seu estudo é feito entre os pobres da Bahia), diz que há uma quebra do modelo ideal de família em que o homem se encontra no espaço da rua e a mulher no espaço da casa. Mas, há também uma readaptação do modelo real, das novas condições, no sentido de atenuar o rompimento das posições tradicionais. Isto é feito justificando que o emprego da mulher, na maioria dos casos de empregada doméstica, ainda se encontrava no espaço da casa, o que de certo modo não representava perigo à ordem das coisas.

Em se tratando da profissão de professora, a mesma ideia de adaptação se encontra presente. Quando a função é desenvolvida nos primeiros anos de escolarização, o rearranjo do modelo é feito da mesma forma: o espaço da mulher é visto como inalterado uma vez que cuidar de crianças é uma de suas funções ‘naturais’ mesmo que, no caso, as crianças sejam alunos. Quando os alunos são adultos dos anos mais avançados, a tentativa de reorganização do modelo continua, mas agora com outros argumentos, por exemplo, em frases do tipo: “a mulher tem mais jeito para ensinar”. É bom ressaltar que este argumento, apesar do que possa parecer à primeira vista, não é, de modo algum, um atentado ao lugar do masculino, mas apenas um jogo de palavras que pretende fazer alguma coisa, isto é, pretende aprisionar as novas situações ao modelo ideal, procurando

evitar que se tornem situações desconcertantes. O novo contexto é reorganizado em outros moldes; nestes termos “[d]e um modo talvez um tanto esquemático, se poderia dizer que a representação dominante do professor homem foi – e provavelmente ainda seja – mais ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vinculava mais ao cuidado e ao apoio ‘maternal’ à aprendizagem do aluno” (LOURO, 1997, p. 107).

É, de certo modo, a estrutura familiar se reproduzindo no espaço público, daí a necessidade de se atentar para este microuniverso, quando da análise sobre o espaço social mais geral. Contudo, deve-se assinalar que tanto em um quanto em outro estão operando categorias universalizantes de homem e de mulher em referência às suas identidades (em termos de princípios), para além de suas características bio-psicológicas apontadas no início do texto.

Observe-se que quando há de fato a derrocada das ideias-modelo de pai e mesmo das de mãe na família estrita, a rede de parentesco é acionada a fim de recuperar as imagens de homem e de mulher por intermédio do irmão da mãe, da cunhada, da avó. Há precedência da ideia de pai/homem - mãe/mulher sobre as pessoas propriamente ditas. A transcrição que segue ilustra este ponto particular em relação aos pobres:

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença ‘desnecessária’ continua necessária. A autoridade na família, fundada na complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, entretanto, não se realiza obrigatoriamente nas figuras do pai e da mãe. Diante das freqüentes rupturas dos vínculos conjugais e da instabilidade do trabalho que assegura o lugar de provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam, através da rede familiar mais ampla (SARTI, 1996, p.48).

Foi das classes médias urbanas que saíram as professoras primárias incentivadas por suas próprias famílias. Estava em jogo o valor da educação e do *status* familiar obtido pela formação dos filhos, melhor dizendo, das filhas. Segundo Jeni Vaitsman (1994, p. 63),

devido ao crescimento do ensino secundário no país [entre os anos de 1940 e 1950], muitas mulheres voltaram-se inicialmente para as faculdades, qualificando-se para o magistério neste nível (SAFFIOTTI, 1976) - função para a qual pareciam naturalmente inclinadas, pois não conflitava com os papéis de mãe e esposas na família.

Cabe ressaltar, da exposição anterior, que não foram as mulheres em geral que se profissionalizaram, pois o conceito de família tem papel fundamental na relação de gênero, uma vez que as famílias já constituídas sobre o padrão tradicional apresentavam maior relutância a esta flexibilização. Neste primeiro momento, a utilização do princípio maternal no trabalho é mais metafórico, porque potencial, do que propriamente real. Ou seja,

As mulheres professoras – ou para que as mulheres possam ser professoras – precisam ser compreendidas como ‘mães espirituais’. O trabalho fora do lar, para elas tem, de ser construído de forma que o aproxime das atividades femininas em casa e de modo a não perturbar essas atividades. Assim, as mulheres que vão se dedicar ao magistério serão, a princípio, principalmente as solteiras, as órfãs e as viúvas. Nos primeiros tempos, quem vai, efetivamente exercer a profissão são as mulheres ‘sós’”(LOURO, 1997, p.104).

Logo, a liberdade se inicia pela falta de autoridade masculina das figuras do pai e do marido, principalmente deste último porque, novamente, a relação de gênero na família entre marido e mulher possuía no momento, e talvez ainda hoje, dinâmica diferente da relação de gênero entre pai e filha. Estavam em operação dois conceitos de família: um, baseado na primeira relação, que mantinha

o modelo tradicional; e outro, baseado na segunda relação, que procurava novos espaços de expressão da mulher. Porém, ambos encontravam-se na ideia de mulher-mãe-esposa que também continua presente, como informa Vargas (1999, p.106): “[n]a ótica das mulheres, a infertilidade - suposta ou ‘diagnosticada’ – é uma ameaça aos ideais da família, da relação conjugal e da identidade de gênero, sendo considerada responsabilidade das mulheres”.

O espaço público da profissionalização da mulher não pode ser tomado como único indicador a mostrar a equalização de *status* entre os gêneros. Isto é mais visível quando se observa os guetos tradicionais do mercado de trabalho feminino – o magistério e a enfermagem – é igualmente perceptível em outras ditas boas ocupações. Estudos de Bruschini e Lombardi (1999) mostram que o ingresso das mulheres nas ocupações da Medicina, Direito, Arquitetura e Engenharia, a partir da década de 50 do século passado-- respeitado o critério de idade, tempo de permanência no emprego, tamanho do estabelecimento-- não é de fato diferencial em relação ao homem;

...[n]o entanto, repetindo um padrão de gênero que ocorre em todo o mercado de trabalho, essas profissionais ganham menos do que seus colegas.

Tudo isso nos permite concluir que, apesar de estarem ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nas quais sua inserção é muito semelhante à dos homens, as mulheres continuam sujeitas a padrões diferenciados por gênero, dos quais *a discriminação salarial é apenas o mais evidente* (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999, p.23 - grifo meu).

A questão tem, então, que ser formulada de outro modo: não mais discutir somente o acesso, mas principalmente, o ‘quê’ do acesso, no sentido de saber quais as implicações que isso teve sobre as relações. Nas famílias pobres, por exemplo, devido à instabilidade do mercado de trabalho, o salário feminino ocupa, por vezes, lugar

central no orçamento doméstico deslocando o *status* privilegiado do homem como trabalhador/provedor, embora o mantenha como elemento fundamental da ordem moral familiar. Nas famílias das classes médias urbanas, por sua vez, a relação é quase sempre simétrica e inversa, pois, o salário feminino se torna apenas um apêndice do salário do marido que, conforme citação anterior, recebe salários mais altos. Portanto, a superação da vulnerabilidade feminina não se realiza com o simples acesso a certas ocupações, mesmo as ditas masculinas, ou de nível mais elevado.

Neste contexto, a questão parece ser de ordem mais profunda. Por isso, há que se fazer uma contraposição à análise feita por Vaitsman (1994) em relação às professoras. Veja-se:

“[q]uando a profissão de professora primária deixou de satisfazer às aspirações de um número cada vez maior de mulheres oriundas das classes médias, que passaram a buscar vagas nas universidades, estavam criadas as condições para que a hierarquia sexual na família e na sociedade fosse questionada” (p.63).

E mais adiante:

“[a] essa altura [meados da década de 1970], a participação das mulheres nas atividades educacionais profissionais, políticas e culturais já havia promovido importantes redefinições práticas e ideológicas na estratificação de gênero, desafiando a dicotomia entre papéis sexuais” (p. 70-71).

Somente o acesso das mulheres às universidades não seria, assim como não foi, capaz de por em xeque a hierarquia sexual na família e na sociedade, num período de pouco mais de uma década em uma sociedade que vivia um patriarcalismo individualista, como entendia a autora. Não foi suficiente pelos motivos já apontados, além de que, modificações reais não foram provocadas na base da racionalidade que dicotomiza homem e mulher como distinção entre, fundamentalmente, sujeito e não-sujeito pelas qualidades atribuídas

aos sexos. É neste rumo que se desenvolvem as argumentações de Giffin e Cavalcanti (1999) a respeito da “condição de pai” em meio a transformações que impelem o homem à revisão do papel tradicional de provedor na vida cotidiana da família e seu papel de autoridade distante. “Neste sentido, o exercício de uma paternidade que inclua cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos pode ser visto como caminho para construção de um novo homem (GIFFIN, 1976), uma vez que uma das características do modelo tradicional é a dificuldade que os homens têm de expressão de afeto e ternura” (GIFFIN; CAVALCANTI, 1999, p. 59).

3. Afeto, Conjugalidade e Profissão

Em razão da inexistência de consenso e da imprecisão dos conceitos acerca das emoções, em geral, sinalizadas em trabalhos sobre o tema, como o de Scheff (2012), aqui o afeto conjugal é definido operacionalmente como aquele usado para justificar a coabitação de um homem e uma mulher. Desse ângulo, o afeto passa a ser visto como satisfação pessoal no relacionamento; elemento que, em última análise, justificaria o estabelecimento e a manutenção do relacionamento por um ou por ambos os cônjuges, tanto em situações de normalidade quanto nas adversas à moral social, posto que o sentido se liga ao bem-estar subjetivo. Trata-se assim de evidenciar a ação do sujeito e, então, especular sobre a ética da vida privada, isto é, como a pessoa percebe sua vida particular e dentro dela sua vivência no relacionamento afetivo; o que deseja para si e o que deseja para ambos, nos aspectos tanto de satisfação pessoal quanto conjugal.

O sentido do afeto conjugal poderá ser buscado inicialmente em expressões do tipo “eu gosto dele ou dela como homem ou como mulher”, que reflete a apaixonada atração entre homens e

mulheres. Constitui, desse modo, uma possibilidade de aproximação sobre mais uma das formas de interação social, a fim de conhecer outras maneiras ou ângulos de realização da humanidade, isto é, das formas pelas quais os seres humanos conformam sua humanidade em grupos e interações específicas e singulares.

Com base nesta argumentação inicial e nos objetivos traçados para este texto, sugere-se que uma perspectiva para entender a dinâmica das relações de gênero e profissionalização seria, então, investigar suas conotações particulares quanto às situações vividas pelos casais no decorrer de suas vidas, precisamente, em termos de formação acadêmica e exercício profissional, pois ensejaria visualizar o confronto das modificações ocorridas, tanto no âmbito profissional de atuação quanto no relacionamento afetivo. Este indicativo foi extraído particularmente de dois trabalhos descritos a seguir com as devidas complementações em virtude do presente foco de interesse.

Jeni Vaitsman, em “Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas”, expõe que em maior amplitude nas novas configurações familiares o que está em jogo é a própria maternidade:

A ruptura da dicotomia entre papéis públicos e privados segundo o gênero, iniciada pelas adolescentes da década anterior, agora instaurando-se como conflito, parecia de certo modo retroceder. Já adultos, essas mulheres não conseguiam repartir, de maneira que se sentissem como equânime, o trabalho doméstico, a administração da casa, o cuidado com o filhos. A descontinuidade em relação aos modelos da geração precedente expressa-se em vários momentos e dimensões da vida. Contudo, a fragmentação do mundo feminino vincula-se sobretudo à maternidade (VAITSMAN, 1994, p.132).

Por sua vez, no estudo de Estumano (2010), **Gênero no cotidiano de camadas médias urbanas**, no qual analisa ideias e práticas relatadas de pessoas que atuam no campo acadêmico,

tomando como parâmetro as considerações sobre suas próprias vidas familiares e práticas profissionais, é encontrado um conflito na vida de uma de suas entrevistadas entre o fato de ser mulher, profissional e casada. O depoimento seguinte ilustra este conflito:

... é como se eu fosse duas pessoas. Eu me sinto constantemente um profissional, mas em casa é como se eu não fosse, é como se eu não tivesse estudo nenhum. É uma luta diária pra colocar pra ele, que ele não está lidando com qualquer pessoa; eu sou uma mulher, eu sou formada, e tenho uma profissão. Acredito que se ele tentasse enxergar que eu também sou um profissional ele não me discriminaria... (p.144).

Segundo o autor, o que se depreende desse depoimento é que o marido vê a esposa num papel “tradicional” de esposa, que não possuiria os atributos intelectuais adquiridos com a formação e com o exercício profissional.

Em ambos os estudos, se verifica que os espaços de atuação feminina foram modificados, contudo, nas relações domésticas e afetivas se instalou um conflito em decorrência das novas situações. As pessoas continuam gostando umas das outras, mas parecem sofrer e fazer sofrer por viverem em um cenário não desejado ou não compreendido por um dos lados. Portanto, os lugares do masculino e do feminino não podem ser interpretados pela simples presença das pessoas em determinados espaços físicos, mas da dinâmica das interações que surgem da ocupação também desses espaços.

Caberia, pois, indagar: como vivem as professoras-mães? Ou de outro modo: como se dá a relação entre a formação acadêmica, o exercício da profissão de professora e condição real ou potencial de mãe no interior dos relacionamentos afetivos? Estas indagações e outras demonstram a fecundidade da associação, nos estudos de gênero, da relação entre família e profissionalização, para a compreensão das interações estabelecidas entre homens e mulheres que compartilham experiências afetivas.

Ainda que certos estudos se refiram ao afeto ao investigar os relacionamentos amorosos e conjugalidade, conclui-se que a atenção dada ao tema se volta a sua constituição como vínculo (união) e não necessariamente em referência ao sentimento vivido entre o par, traduzido no termo “eu gosto dele/dela”. A exemplo nos trabalhos de Azevedo (1986), D’Incao (1989), Del Priore (2006) e outros, o registro ao afeto conjugal se faz como ‘regra para’, isto é, descreve se o amor (denominação geralmente empregada pelos autores) é ou não o fator primordial para o estabelecimento da união. Algumas referências ao sentimento no interior do casamento são tomadas somente para o detalhamento subsequente de um dos motivos do divórcio, situação em que um cônjuge se sente infeliz. Há ainda os que demonstram - no mesmo sentido direcionado à manutenção do laço conjugal - as modificações sociais na ideia de amor, como faz Giddens (1993) ao descrever a mudança das práticas conjugais baseadas no amor paixão – expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual (p.48) –, passando pelo amor romântico – ideais de liberdade e autorrealização (p.50-51) –, rumo ao amor confluyente – a emergência do relacionamento puro, não apenas na área da sexualidade (p. 206). Seguindo estes referenciais os estudos etnográficos sobre família e gênero, em geral, reproduziram sua linha teórica.

Percebe-se assim que, no Brasil, o componente afetivo tem sido pouco explorado nos estudos de gênero e família. Koury (2005) em ensaio sobre o campo disciplinar da Antropologia das Emoções no estado da arte atual, passando em revista os principais autores e temáticas trabalhadas na antropologia brasileira, registrou, naquele momento, a presença do campo temático gênero no âmbito dos estudos sobre emoção, contudo, associado ao envelhecimento, como se observa na citação seguinte:

Uma outra série de estudos importantes para a construção da Antropologia das Emoções no Brasil tem sido desenvolvida por pesquisadores que correlacionam as temáticas de gênero e envelhecimento. Myriam Moraes Lins de Barros (1987 e 1989), Cornelia Eckert (2003), Clarice Peixoto (1993 e 1994), Alda Brito da Motta (1996 e 2002) entre outros, têm se dedicado à discussão da identidade, das visões de mundo, da memória, dos rearranjos sociais, dos modos de vida e esferas afetivas, a partir de uma ótica das emoções correlacionando gênero e envelhecimento (KOURY, 2005, p. 244).

As condicionantes financeiras dos relacionamentos, geralmente, enfocadas nestes tipos de estudos, se interligam ao vínculo afetivo; contudo, não podem de antemão ser sobrepostas a este na interpretação dos relacionamentos, pois em determinados casos o afeto é também racionalizado para organizar as situações desconcertantes. Isso explicaria, por exemplo, a permanência de pessoas em situações de violência (verbal ou física) que ao senso comum pareceria irracional, se considerada apenas do ponto de vista material.

Finalmente, uma primeira aproximação teórica à proposta aqui esboçada deve ser feita com o trabalho de David Le Breton (2009), particularmente nos capítulos 3 e 4 intitulados, respectivamente, Antropologia das emoções I e Antropologia das emoções II. Sobre a representação das emoções em sociedade o autor considera que a expressão da emoção pode não estar em sintonia com o que o corpo está sentindo, mas ser originada pelo o que é esperado pela sociedade em determinada circunstância. Ao estabelecer relações entre a afetividade e o vínculo social, diz que “a existência é um fio contínuo de sentimentos mais ou menos vivos ou difusos, os quais podem mudar e contradizer-se com o passar do tempo e de acordo com as circunstâncias” (LE BRETON, 2009, p.111).

Tratou-se, enfim, de apontar novos cenários à discussão sobre o afeto em sua dimensão simbólica, isto é, na busca do significado do sentimento afetivo no interior das relações conjugais. Este elemento parece não ter sido ainda objeto de uma análise particular, necessitando para isso de levantamento de evidências etnográficas.

CONCLUSÃO

As relações de gênero na sociedade contemporânea se encontram num movimento pendular, pois, ao mesmo tempo em que avançam por forças dos novos arranjos familiares e ocupações de trabalho, procuram sempre que possível acomodar-se às estruturas tradicionais. Este fenômeno pode levar a imprecisões quando se desenvolvem certas análises que não atentam para o fato de que os postulados que constroem as identidades de gênero não o fazem por simples classificação de categorias, mas estão implicados em relação de poder que definem os lugares do masculino e do feminino, apresentando-os, sutilmente ou não, como lugares naturalmente dados.

A profissionalização é uma das facetas materiais deste processo e, neste sentido, precisa ser articulada a outras que permitam conseguir diagnósticos mais profundos. O espaço familiar parece responder muito bem a esta condição, particularmente se focalizado o componente afetivo presente nesta confluência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.

BUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis-SC, vol. 7, n. 1 e 2, p. 9-24, 1999.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

ESTUMANO, Evanildo M. Gênero no cotidiano de camadas médias urbanas. In: GONÇALVES, Jadson F. G.; RIBEIRO, Joyce O. S.; CORDEIRO, Sebastião M. S.; (orgs.). *Pesquisa em educação: territórios múltiplos, saberes provisórios*. Belém: Editora Açai, 2010.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

GIFFIN, Karen e CAVALCANTI, Cristina. Homens e reprodução. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis-SC. vol. 7, n.1 e 2, p. 53-71, 1999.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A Antropologia das emoções no Brasil. RBSE – *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. vol. 4, n. 12, p. 12-30, dez. 2005.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

MAFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

PRISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. *Revistas de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro-RJ. vol. 6, n. 2, p. 305-326, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

SCHEFF, Thomas J. Uma taxonomia das emoções: como começar. Trad. Mauro Guilherme P. Koury. *RBSE- Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. vol. 11, n. 31, p. 12-30, abr. 2012.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro-RJ: Rocco, 1994.

VARGAS, Eliane Portes. A figueira do inferno: os reverses da identidade feminina. *Revista de Estudos Feministas*. [online]. vol. 07, n. 01-02, p. 89-108, 1999.

WORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1987.